

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO, SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM UM CONTEXTO DO BRASIL NEOLIBERAL¹

PERCEPTIONS OF STUDENTS FROM HIGH SCHOOL INTEGRATED TO TECHNICAL SCHOOL, ABOUT PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES IN A CONTEXT OF NEOLIBERAL BRAZIL

Mirian Araújo da Silva²
Albeniz de Souza Júnior (Orientador)³
Alexandre Luiz Polizel (Coorientador)⁴

RESUMO: Os marcos legais de educação do país passam constantemente por alterações, acréscimos, reformas entre outras transformações, e estas são criadas com prazos a serem adotados no cotidiano das instituições de ensino. Algumas questões surgem: a que ou quem tais transformações se direcionam? Como os educandos percebem tais mudanças? Quais lógicas sociais e econômicas estão presentes na realidade mundial e brasileira que tem direcionado tais ações na educação? Frente a estas e outras questões é que este trabalho se lança visando se inserir nas discussões sobre a emergência do neoliberalismo e a construção de um novo indivíduo que tem o comportamento econômico ativo em primeiro plano e para isto se vale do Estado e das instituições escolares como campo social responsáveis pela educação formal dos indivíduos. Mais do que observar o arcabouço teórico e normativo, busca-se com este trabalho observar como os educandos percebem, vivenciam e elaboram este cenário.

Palavras-chave: neoliberalismo; educação formal; Instituto Federal; marcos legais.

ABSTRACT: The country's legal educational frameworks are constantly undergoing changes, additions, reforms, among other transformations, and these are created with deadlines to be adopted in the daily lives of educational institutions. Some questions arise: what or who are these transformations aimed at? How do students perceive such changes? What social and economic logics are present in the global and Brazilian reality that have guided such actions in education? Faced with these and other questions, this work is aimed at inserting itself in discussions about the emergence of neoliberalism and the construction of a new individual who has active economic behavior in the foreground and for this purpose uses the State and school institutions such as social field responsible for the formal education of individuals. More than observing the theoretical and normative framework, this work seeks to observe how students perceive, experience and elaborate this scenario.

Keywords: neoliberalism; formal education; Federal Institute; legal frameworks.

¹ Trabalho Final de Curso da Pós-Graduação *lato sensu* em Práticas Educacionais do Ifes Campus São Mateus.

² Mestre em Sociologia Política. Professora da educação básica e superior, profe.mirianaraujo@gmail.com.

³ Mestre em Ciências Sociais. Professor do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Espírito Santo – campus São Mateus. albeniz.souza@ifes.edu.br.

⁴ Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Professor do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Espírito Santo – campus São Mateus. Líder do Kultur – Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades. E-mail: alexandre.polizel@ifes.edu.br.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É por isso, em suma, que por meio da imaginação sociológica os homens esperam, hoje, perceber o que está acontecendo no mundo, e compreender o que está acontecendo com eles, como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, dentro da sociedade. (MILLS, 1965, p. 13 e 14).

Partindo desta concepção de Mills (1965) é que se dá o exercício da produção deste trabalho. A busca por um outro olhar, uma análise da educação para além tido como fluxo natural, caminho onde todos os indivíduos de uma mesma sociedade devem seguir, mas perceber, nas práticas educacionais e suas transformações, as minúcias e os impactos desta na forma de conceber educação formal, sobretudo buscando compreender como grupos se apropriam desta Instituição Social para produção e perpetuação de valores.

Ao abordar a temática educação formal, muitos campos de análises são possíveis, o artigo em questão visa promover um estudo no que tange a presença das lógicas neoliberais de forma gradual na educação básica brasileira, focando suas análises na criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com um estudo de caso em âmbito localizado no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) Campus São Mateus.

Para isto, organizar-se-á tais contributos analíticos a partir do seguinte viés organizativo: i) Uma breve caracterização do neoliberalismo, sendo traçadas reflexões e análíticas do neoliberalismo enquanto temporalidade, racionalidade e dispositivo de mediação sociocultural, socioeconômica e psicopolítica; ii) Legislação educacional nacional Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, e a incorporação gradual aos princípios neoliberais em normativos. Para tanto, se discutirá como a educação, enquanto campo de saber-poder, ordenadora de instituições sociais, que acionam dispositivos e discursividades voltadas a subjetivações específicas, tem operado o neoliberalismo e produzido sujeitos que operam e são operados por lógicas neoliberais; iii) Que aluno a educação neoliberal busca construir, traçando analítica-reflexões sobre a intencionalidade de produção de um estudante neoliberal; iv) A instituição do Instituto Federal pela Lei Nº 11.892/2008 e o Instituto Federal do Espírito Santo

Campus São Mateus, sendo apresentada a caracterização da localidade em que a análise deu-se; e, v) Prática de ensino como proposta de análise da percepção dos educandos sobre a educação, sendo apresentadas as percepções de estudantes e como estas trazem consigo efetivações e/ou resistências a lógica neoliberal.

Este trabalho visa perceber como as transformações nas políticas públicas educacionais ecoam nas particularidades do Ifes, Campus São Mateus, nas experiências/vivências e percepções dos estudantes, no que toca a quais modos de subjetivação⁵ e sujeitos educandos emergem. Refletir sobre as percepções de estudantes do ensino médio integrado ao técnico, sobre políticas públicas educacionais em um contexto do Brasil permeado por uma lógica global neoliberal. Para tal, coloca-se como meio uma análise crítica das políticas públicas educacionais, de modo que se objetiva contribuir para o debate nacional, partindo de uma análise localizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Campus São Mateus.

2 UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Para compreensão destes fenômenos, que despontam na educação, torna-se relevante fazer uma compendiosa análise, buscando compreender a gênese e consolidação do neoliberalismo. Dardot e Laval (2016) apontam que o liberalismo começa a dar sinais de rachadura em meados do século XIX, que vai se aprofundando nos períodos da Primeira Guerra Mundial e entre guerras, à medida que o *laissez-faire* não se desenvolve como esperado pelos liberais, devido a conflitos internacionais e estruturais. Após uma etapa de assistência do Estado para recuperar as economias em destroços, prova contundente de que a economia não se regula naturalmente, abre-se um caminho para transformações do capitalismo ensejando o neoliberalismo.

Estas transformações do capitalismo, até sua calibração de funcionamento por uma lógica neoliberal, são descritas por Foucault (2021) e, para este autor, um elemento garantidor da expansão desta lógica é o Estado, sendo este o fomentador

⁵ Compreende-se os modos de subjetivação enquanto os dispositivos e discursividades que instauram os sujeitos em sua acontecimentalidade histórica, de modo que os dispositivos-discursividades fundam (e são fundados) os sujeitos, mentalidades, desejos, instituições sociais e mediações que reiteram e/ou rarefazem os modos de existir no tempo (Polizel, 2023).

de mecanismos da liberdade de produção econômica, regulação de câmbio, e, no que tange aos indivíduos, colabora na construção de uma nova racionalidade.

Não é a sociedade mercantil que está em jogo nesta nova arte de governar. Não é isto que se pretende reconstruir. A sociedade regulada pelo mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve construir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias, antes os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter a maior superfície espessura possível, que devem também ocupar o maior volume possível na sociedade. Ou seja, aquilo que se procura obter não é uma sociedade sujeita ao efeito-mercadoria, mas sim uma sociedade sujeita a dinâmica concorrencial. (Foucault, 2021, p. 191).

Com a adoção desta lógica concorrencial, ditada pelo mercado e fomentada pelo Estado, altera-se a visão dos indivíduos, passando este a se perceber apenas como um objeto de oferta e de uma procura. O trabalho passa a ser um comportamento econômico ativo, sendo empresário de si mesmo, “[...] sendo ele mesmo o seu próprio capital, sendo para si mesmo o seu próprio produtor, sendo para si mesmo a fonte de seus rendimentos”. (Foucault, 2021, p. 286), sendo, para si, o próprio regulador e autovigilante (Polizel, 2023).

Não uma sociedade de supermercado, mas uma sociedade empresa, o *homo economicus* que se pretende reconstruir não é o homem da troca, não é o homem consumidor; é o homem da empresa e da produção. (FOUCAULT, 2021, p. 191).

Por outras palavras, trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as tanto quanto possível, as formas “empresa”, que não devem justamente ser concentradas nas formas das grandes empresas a escalada nacional ou internacional ou ainda das grandes empresas de tipo do Estado. É esta multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, a questão da política neoliberal. (Foucault, 2021, p. 192-193).

Desta forma, ocorre uma virada epistemológica na construção das subjetividades no neoliberalismo. Logo, há uma multiplicação de “formas empresas” em que não é mais necessário a exploração pelo outro (não é esta uma fórmula superada) para garantir as demandas de produtividade. O indivíduo, na lógica neoliberal, já incorporou os ditames da “sociedade disciplinar”, que é um estágio anterior (mas que também não está superada, convive em simbiose) e, hoje, desempenha seu papel sob a ótica da liberdade. Para Foucault (2021), se configura assim a chamada “sociedade do desempenho”, que gera indivíduos que se entendem apenas como projetos que podem se constituir ilimitadamente na

construção de seu “eu” – buscando otimização da ação do “eu” em seu processo autorregulatório.

Outra dimensão imediata de ruptura, que advém deste processo de construção desta nova concepção de indivíduo, é trazida por Dardot e Laval (2016), na crença de que a desproteção social era um caminho mais interessante nas relações de trabalho. Onde se passou a fomentar “[...] a ideia de que a relação salarial era um contrato entre duas vontades independentes e iguais [...]”. (Dardot; Laval, 2016, p.41). Mais um elemento que traz contornos às características dos indivíduos esperados dentro da lógica neoliberal.

Toda esta nova concepção de indivíduo dentro da lógica neoliberal, segundo Han (2017):

A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega a liberdade coercitiva ou a livre coerção de maximizar o desempenho. [...] Essa é mais eficiente que a exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. (Han, 2017. p. 29 e 30).

A contribuição de Han (2017), nesta discussão, se dá à medida que problematiza a noção de liberdade apregoada pela perspectiva neoliberal e aponta para a crise advinda dela. O sujeito do projeto, que nasce da “sociedade do desempenho”, pensa ser livre das amarras da antiga estrutura de trabalho, marcada pela negatividade, proibição e coerção. O que está pairando no ar como lógica atual é o indivíduo do projeto, da iniciativa, da motivação e do poder fazer ilimitado, e o diagnóstico do autor é que, ao se esforçar em sua produtividade para conseguir se inserir nas lógicas produtivas, os indivíduos se tornam depressivos, fracassados e passíveis de outras patologias características de um superaquecimento do indivíduo em tentar “caber” nas lógicas neoliberais.

Para Han (2017), esta mudança de mentalidade é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em sua forma neoliberal, pois a ampliação da produtividade encontra limites devido à visão negativa dos indivíduos frente à sociedade disciplinar que os impele a produzir. À medida que há uma virada de chave na concepção, e se estabelece uma positividade ao agir, tornando o indivíduo mais produtivo, é necessário que as Instituições da sociedade se mobilizem em suas lógicas socializadoras.

Entre os séculos XVI e XIX, principalmente após a Revolução Industrial do século XVIII, intensifica-se a necessidade de capacitar técnica e cientificamente a mão-de-obra que deveria realizar os trabalhos na indústria, porque as máquinas tinham engastadas em seus mecanismos os fundamentos do conhecimento científico, sobretudo da física e da matemática, e como estes não eram passíveis de serem desenvolvidos espontaneamente, precisavam ser apreendidos de forma sistemática. A exigência de democratizar o acesso aos conhecimentos intelectuais e teóricos, inclusive para os trabalhadores, surge aos poucos, levando o sistema burguês de produção (capitalista) a colocar a necessidade da escolarização dessa mão-de-obra para atender aos seus objetivos na produção, a qual se tornou um imperativo conforme avançava o desenvolvimento da indústria, cada vez mais impulsionada pelos progressos científicos e tecnológicos das forças-produtivas a serviço da produção industrial e da acumulação ampliada do capital. (Alves, 2020, p.45).

Para que as transformações no capitalismo fossem estabelecidas e provocassem mudança da posição dos indivíduos em seus papéis sociais desempenhados, além do Estado como instância fomentadora, era necessário a contribuição da educação como Instituição Social encarregada de instrução formal dos indivíduos e sua moldagem para o tipo de sociedade que se deseja construir – a produção de modos de subjetivação neoliberal (Dardot; Laval, 2016; Polizel, 2023). E estas transformações vêm ocorrendo gradualmente visando atender aos interesses de ditames econômicos.

2.2 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NACIONAL E INCORPORAÇÃO GRADUAL AOS PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS

A história da educação formal no Brasil é marcada por mudanças e reformas educacionais, e todas elas seguem amparadas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mas mudanças também ocorreram nas seis Constituições anteriores. Os demais dispositivos legais de educação também passam por alterações constantes, assim como vemos nas diretrizes educacionais, resoluções, pareceres, entre outros dispositivos normativos. Desta forma, será realizada uma análise com base nas últimas alterações feitas, no ano de 2024, tanto na LDB como na BNCC.

2.2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a educação escolar vinculada ao mundo do trabalho

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, por meio de suas coordenadas gerais, visa conduzir a educação escolar, seja ela básica ou superior. Também tem sua trajetória marcada por transformações e incorporações, a última é a Lei 9.394/96 composta por uma série de alterações, inclusive ocorridas no ano de 2024. Acompanhar suas modificações é verificar simultaneamente as mudanças que ocorrem na sociedade, economia e política.

O Artigo 1º delimita que: “§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao **mundo do trabalho** e à **prática social**”. (Brasil, 1996) Este dispositivo inicial, em seus parágrafos, estabelece a educação em sentido amplo e em estrito, afirma que esta deve vincular-se na preparação para o trabalho e para a vivência da sociedade brasileira.

Outro elemento que desponta inicialmente na BNCC em 2018, mas somente em 2024 é acrescentado a LDB, é a concepção de “Projeto de Vida” como aparece no Atr. 35B:

§ 2º Serão asseguradas aos estudantes oportunidades de construção de projetos de vida, em perspectiva orientada pelo desenvolvimento integral, nas dimensões física, cognitiva e socioemocional, pela integração comunitária no território, pela participação cidadã e pela preparação para o **mundo do trabalho**, de forma ambiental e socialmente responsável. (Brasil, 1996).

Para Silva e Estormovski (2023), a presença da lógica de construção de um “Projeto de Vida” promove uma aproximação entre os campos econômicos e afetivo, levando os educandos a uma preocupação para definir um objetivo existencial muito ligado a ideia do que desempenhar no mundo do trabalho. Esta trajetória é apresentada como plenamente possível ao educando, levando-o a uma autorresponsabilização, adoção de valores e ajustes em suas condutas individuais, gerando, o que tem sido muito utilizado nos tempos atuais na educação, a ideia de que o estudante precisa ser “protagonista”.

O planejamento de sua trajetória de vida se torna um componente curricular obrigatório, no qual a administração de sua marca pessoal (necessariamente motivada, dinâmica e pró-ativa) é instrumentalizada para se tornar uma meta constante em meio à imprevisibilidade econômica e social. (Silva; Estormovski, 2023, p. 11).

No que compete em específico à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o limiar se dá entre uma educação tecnológica que visa o desenvolvimento científico, tecnológico e produção de saberes e uma educação tecnicista permeada por uma preparação para performar na vida econômica; neste último aspecto, a modalidade de ensino está como instrumentalizadora de capital humano para atuar no mercado de trabalho.

Art. 42-B. A oferta de educação profissional técnica e tecnológica será orientada pela avaliação da qualidade das instituições e dos cursos referida no inciso VII-A do caput do art. 9º desta Lei, que deverá considerar as estatísticas de oferta, fluxo e rendimento, a aprendizagem dos saberes do trabalho, a aderência da oferta ao contexto social, econômico e produtivo local e nacional, a inserção dos egressos no **mundo do trabalho** e as condições institucionais de oferta. (Brasil, 1996, grifo nosso).

2.2.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a pedagogia das competências.

A BNCC (2018) é um documento normativo, que embasa a formulação dos currículos dos sistemas e redes de ensino por todo país, e define as aprendizagens essenciais, que todos os alunos devem desenvolver ao longo de sua trajetória na Educação Básica. O apontamento trazido ao debate público foi de que a necessidade de uma “Reforma do ensino médio” era para superar a fragmentação – escola e realidade do educando -, superar o desânimo e a evasão escolar para que o aluno tenha uma educação que garanta o aprender e se desenvolver contribuindo para a cidadania (Ferretti, 2018).

Ainda, outras justificativas, que embasam a construção da nova BNCC, vão desde a Constituição Federal de 1988, que trata “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, cap. III, art. 5). Passa pela LDB, que visa:

[...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.” (Brasil, 1996, tit. IV. art. 8º. inc. IV).

Bem como outros marcos regulatórios de educação como instruções do Conselho Nacional de Educação (CNE), no Plano Nacional de Educação (PNE), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e outros.

Partindo de todo este embasamento, a BNCC destaca que as decisões a serem tomadas em âmbito pedagógico devem ser orientadas pensando no desenvolvimento de competências com indicações claras de que os educandos

[...] devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores)” e o que estes “devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho). (Brasil, 2018, p.13).

A pedagogia das competências, descrita pela BNCC, vestida com uma aparência democrática e inovadora, mas que muito se assemelha à incorporação da lógica produtiva neoliberal, só que adaptadas à escola. O interesse em iniciar esta logicidade, neste espaço, se dá por ser ambiente construtor de saberes formais, portanto fornecedor de elementos para a construção do “capital humano”⁶.

As competências de “saber” e “saber fazer” ficam por vezes com intenções difusas, e, por outras, o sentido fica mais evidente como em desenvolver competências para “saber”, que se explica ser: constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores” onde pode ser perguntado, que conhecimentos? Quais habilidades? Atitude frente a quê? Ou mesmo qual valor? E outros que nem são tão abstratos como em “saber fazer” com a intenção de “resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”.

A BNCC descreve, ao longo de todo o documento, que a sociedade atual “impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado” (Brasil, 2018, p. 14). Este

⁶ Tal aspecto vem somado a dois elementos: i) a compreensão do deslocamento do “sujeito da educação” formado as instituições educacionais, ao passo que se busca deslocar a lógica de formação de cidadão para a participação para a lógica da formação de empreendedores, inovadores e funcionários, tornando a lógica da educação a lógica mercadológica empresarial (Freitas, 2018); ii) a modalização do tratar a escola, sujeito e o trabalho enquanto mercadoria, propriedade e guiada pelo interesse privado.

discurso de uma necessidade constante de uma reforma na educação é problematizado em Laval (2019), e, para este autor, esta não é uma ação localizada no caso brasileiro, mas faz parte de um entendimento global de que escola se espera para caminhar ao lado das concepções econômicas.

O discurso mais corrente defende que o conjunto dessas tendências e desses sintomas exige uma “reforma” da escola – termo guarda-chuva e fórmula mágica em geral faz as vezes de reflexão. Mas “reformular” para construir que tipo de escola e escola para que tipo de sociedade? (Laval, 2019, p.16).

Quando se observa a BNCC, em um primeiro momento, ela se apresenta como um esforço para tornar a educação mais “inovadora”, pois há “um novo cenário mundial”, “ser proativo”, “resolver problemas”, “buscar soluções” e entre outros argumentos descritos. Laval (2019) problematiza que a presença do neoliberalismo na educação chega com ares de que as transformações na educação formal se apresentam como um progresso natural e necessário à educação [...] enxergam a política reformista apenas como um esforço de “modernização” para melhorar a “eficiência” da escola [...] (Laval, 2019, p.10) mas que na verdade carregam um caráter “ideológico e político” em toda esta estratégia.

O neoliberalismo, tal como é aplicado, não se apresenta como uma doutrina e menos ainda como uma ideologia. E os que trabalham com seus agentes nem sempre o aplicam conscientemente como um programa político ou teoria. Eles se julgam “realistas” ou “pragmáticos”. Em outras palavras, aceitam obedecer a injunção maior do neoliberalismo que é a adaptação ao jogo da concorrência generalizada, e isso do topo à base da hierarquia de responsabilidades do sistema educacional. (Laval, 2019, p.10).

Laval (2019) faz um chamamento à discussão frente a uma concepção, que tem sido massificada na educação mundial; e a brasileira não está a parte deste fenômeno, cuja ideia é de “reformular a educação”, o que se tem apregoado é que o modelo anterior não atende mais às necessidades dos alunos e muito menos da sociedade atual.

É importante deixar registrado que a BNCC avança em muitos pontos no que tange a uma educação que contempla a “inclusão, valorização das diferenças, diversidade cultural, reconhecer os seres regionais” (Brasil, 2018, p. 11) entre outros elementos que contribuem para a construção cidadã do educando. No entanto, em um primeiro olhar, ela se mostra progressista frente a necessidades sociais que

precisam ser contempladas no currículo, porém, ao se tratar este normativo de uma maneira mais geral, sem pormenorizar e problematizar os elementos da pedagogia das competências, torna a análise superficial.

Os questionamentos, que despontam como as reformas na educação contemporânea, têm modalizado dispositivos de mobilização de modos de subjetivação neoliberais. Ao observar tais dispositivos normativos, exercendo uma análise crítica, reflexiva e de diálogo com outras perspectivas teóricas sobre qual deva ser o real papel da escola, (mesmo sabendo que a neutralidade total na educação é uma falácia), percebe-se que os objetivos atuais deixam de estabelecer uma reflexão visando a contribuição da escola como um ambiente emancipador para o educando.

2.3 QUE ALUNO A EDUCAÇÃO NEOLIBERAL BUSCA CONSTRUIR

Segundo Laval (2019), há um movimento mundial, que se estende desde os fins do século XX, de mudanças e reformas na educação escolar que introduzem uma vertente empresarial, com preceitos de competitividade; ser eficiente; flexível e outros. E a BNCC evidencia isto à medida que destaca que a construção dos currículos acompanha os movimentos internacionais.

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XX, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). (Brasil, 2018, p. 13).

Após passar por este espiral de avaliações e programas mundiais, suas ações são sentidas passando por normativas nacionais, estaduais e municipais, quando toca a ponta final deste trajeto são as escolas. Estes discursos chegam com o ar de normatividade e realidade única e inequívoca a serem seguidas frente a esta nova educação esperada.

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. No novo cenário mundial, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, produtivo e responsável requer muito mais do que a acumulação de informações. (Brasil, 2018, p. 14).

[...]

Assim, os objetivos de aprendizagem dos componentes curriculares estabelecidos pela BNCC para toda a Educação Básica visam à aprendizagem e ao desenvolvimento global do aluno. A superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, o protagonismo do aluno em sua aprendizagem e a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende são alguns dos princípios subjacentes à BNCC. (Brasil, 2018, p. 15).

Esta reforma esperada e expectada, que se vende como um modelo inovador, um novo *bussiness*, calibra os dispositivos normativos e institucionais para a produção de um novo sujeito: o sujeito Neoliberal. Dessa forma, enfoca-se no formar o sujeito para as competências e habilidades necessárias ao mercado; mantém-se as disciplinas propedêuticas para a apreensão sobre técnicas e disciplinas do corpo fundadas por estas; transfere a renda e a gestão das instituições educacionais para as iniciativas privadas, buscando o deslocamento do modelo educacional para o modelo de empresa (borrando as fronteiras destas instituições sociais); transfere a autonomia, responsabilidade e “liberdade” de aprendizagem para o estudante, tornando-o empresário de si: instaura-se o dispositivo de formação do sujeito neoliberal (Polizel, 2023; Freitas, 2018).

Este sujeito neoliberal expressa-se em modos outros de se relacionar com o espaço neoliberal, tomando a si como referência do que se deseja ser representado e enquanto possibilidade educativa. Tal dispositivo só funciona à medida que a subjetividade neoliberal passe a operar nos membros da ecologia das relações da instituição escolar; diz-se que, ao passo que o aluno busca ter sua apreensão capturada pelo educador, seu processo educativo conforme seu agrado e seu direito de contestação à nota que lhe é atribuída; os responsáveis imaginam que seus desejos e crenças privadas possam ser bússola guia para definir quais temáticas e disciplinas estão presentes no espaço escolar, que professores dão aula a seus alunos e como a direção vai gerir a escola; à medida que os professores, frente a esta conformação nova e inovadora, agem se autoexplorando para a manutenção de sua posição, produzindo audiogravações de si, espetacularizando e tornando suas

aulas “mais interessantes”, comprando mais e mais cursos, acumulando um maior número de funções e de trabalho; a direção, à medida que busca agradar os pais e ter mais estudantes, passa a ampliar o seu “marketing institucional” e a gestão dos afetos. Vê-se, em tal cenário, que o dispositivo educacional “reformado” passa a deslocar a lógica de funcionamento do espaço público, produzindo um processo de inversão: o operar do sistema público passa a ser calibrado pelo interesse privado – tanto no sentido empresarial (Freitas, 2018), quanto no sentido subjetivo (Polizel, 2023). Dentre os múltiplos sujeitos produzidos sob a subjetividade neoliberal, voltamos neste manuscrito o olhar para a produção do estudante enquanto sujeito neoliberal.

2. 4 INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS SÃO MATEUS

A lei nº 11.892/2008 Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Neste ordenamento jurídico, situa-se que os IFS são instituições de educação básica, profissional e superior. O artigo 2º descreve que os Institutos Federais de educação básica, superior e profissional, por serem uma rede, possuem multicampi distribuídos pelos estados e municípios do país. A atuação específica desta Instituição é na educação profissional e tecnológica, conjugando as práticas pedagógicas aos conhecimentos técnicos e tecnológicos.

A normativa traz, em seu artigo 6ª, as finalidades e características dos Institutos Federais e que, de maneira geral, compõem uma educação profissional e tecnológica em níveis e modalidades para atuação profissional local, regional e nacional. Esta educação é lastreada pela excelência, com foco educativo e investigativo.

No que tange aos objetivos dos Institutos Federais, estes giram em torno de ministrar educação nos níveis médio, prioritariamente integrado, formação inicial e continuada de trabalhadores e superior; realizar pesquisas para estímulo de soluções técnicas e tecnológicas; desenvolver atividades de extensão articulando o mundo do trabalho e os segmentos da sociedade.

O Projeto Pedagógico de Curso 2023, dos cursos de Técnico em Eletrotécnica e Mecânica Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal Campus

São Mateus, descreve a história de formação do Instituto Federal do Espírito Santo. Suas atividades tiveram início em 1909 com a Escola de Aprendizizes e Artífices do Espírito Santo. Em 1942, passou por uma reestruturação, tanto administrativa quanto pedagógica, atendendo a transformações governamentais, adquirindo assim uma nova identidade na Escola Técnica de Vitória. Ganha o nome de Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETEFES) em 1965, bem como passa por uma reestruturação para atender ao mercado empresarial. No ano de 1999, passou a ser chamado de Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET-ES) quando ganhou novos contornos e novas atuações.

O que marca o formato atual da instituição é a Lei 11.892 que criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e incorporou o CEFET-ES e as Escolas Agrotécnicas.

A partir dessa verticalização, o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) passou a ofertar cursos nas mais diversas áreas de conhecimento e nas diferentes modalidades, sendo estes estruturados e organizados a partir dos arranjos produtivos locais de cada região, primando sempre por uma formação integral e cidadã. (PPC, 2023, p.5).

O IFES campus São Mateus iniciou suas atividades em 2006 e exerce a:

[...] formação profissional à população deste município e de todos os municípios adjacentes, tais como, Conceição da Barra, Pedro Canário, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Pinheiros, Ponto Belo, Boa Esperança, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Águia Branca e São Domingos do Norte, além de municípios ao sul da Bahia. (PPC, 2023, p.6).

Atualmente, os cursos ofertados pelo IFES campus São Mateus são (TABELA 1):

Tabela 1 – Cursos ofertados pelo Ifes, campus São Mateus

CURSOS OFERTADOS PELO IFES CAMPUS SÃO MATEUS	QUANTIDADE DE TURMAS
Engenharia Mecânica.	5 turmas
Engenharia Elétrica.	5 turmas
Técnico em Eletrotécnica.	4 turmas
Técnico em Eletrotécnica integrado ao Ensino Médio.	5 turmas
Técnico em Mecânica.	4 turmas
Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio.	5 turmas

Pós-graduação <i>Latu Sensu</i> em Eficiência Energética Industrial.	1 turma
Pós-graduação <i>Latu Sensu</i> em Práticas Educacionais.	1 turma
Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Engenharia Metalúrgica e de Materiais.	1 turma

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações do Ifes – Campus São Mateus⁷

3 DESENHANDO O MÉTODO: PRÁTICA DE ENSINO COMO PROPOSTA DE ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS EDUCANDOS SOBRE A EDUCAÇÃO

A escola não possui uma função única, por mais que esta esteja a serviço de determinados interesses da sociedade. Entretanto, isto não significa uma regra absoluta, já que os indivíduos em fase de escolarização recebem a instrução da educação formal, mas também fazem suas elaborações próprias à medida que usam de outras experiências, saberes e vivências experienciadas. Desta forma, tanto as ações escolares podem exercer uma ação sobre os educandos como podem ser reelaboradas por estes. Partindo desta perspectiva, nesta etapa, busca-se compreender as percepções dos educandos frente às transformações educacionais. Para trazermos nosso olhar para as dinâmicas educacionais e os processos contemporâneos de produção do estudante neoliberal, estruturamos nosso método enquanto uma pesquisa de viés qualitativo. Compreendemos com Lakatos e Marconi (1996), que as pesquisas qualitativas consistem naquelas que voltam seu olhar para as especificidades, singularidades e contingências dos fenômenos a serem investigados. Com uma perspectiva qualitativa, voltamos nossa busca a identificarmos os elementos operatórios de um fenômeno voltando-se a indícios e produções analíticas que visam não esgotar os agentes aos quais o estudo é investido, mas fazer multiplicar a diversidade de elementos em realização durante a análise.

Tal pesquisa tem a natureza de seu objetivo sob caracterização exploratória, ao passo que busca explorar, identificar e refletir acerca de elementos de um fenômeno. Este processo explorativo é compreendido por Gil (2010) como um elemento de exploração, sistematização e disposição dos elementos, oferecendo, também, subsídios para novas investigações a partir do disposto-explorado.

A pesquisa em questão se pautou na análise sobre um instrumento avaliativo realizado pelo professor de Sociologia, como finalização do conteúdo de “Políticas

⁷ Encontra-se disponível em: < <https://www.saomateus.ifes.edu.br/>>. Acesso em 06 de agosto de 2024

Públicas”. A disciplina de Sociologia IV é desenvolvida nos 4º anos do Ensino Médio Integrado, e tem como seu conteúdo ementário estabelecer uma relação entre as Políticas Públicas, no contexto federativo brasileiro, como uma estratégia de implementação dos direitos sociais descritos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Para trabalhar as políticas públicas de educação como uma garantia de direitos sociais, no contexto brasileiro, foram abordados com os educandos os aspectos presentes na constituição de 1988 e no histórico artigo “Políticas Públicas de Educação”, de Guiomar Namó de Mello (1991), que tratam a educação, como política pública, que faz parte das intervenções do Estado, voltadas para enfrentar as desigualdades sociais e promover a justiça. Um ponto importante é a centralidade da educação nas estratégias de desenvolvimento, tanto econômico quanto social, especialmente no contexto brasileiro, onde há a necessidade de políticas que combinem a expansão do acesso com a melhoria da qualidade do ensino.

Os discentes em análise são do 4º ano, das turmas de Técnico em Eletrotécnica e Mecânica Integrado ao Ensino Médio do Ifes – Campus São Mateus – cidade localizada no Norte do Estado do Espírito Santo. Importante frisar que estas são as últimas turmas que se estruturam com séries divididas em 4 anos, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de 2016 a 2022 (o novo PPC já contempla a divisão em 3 anos). Como critérios para seleção das turmas, foram considerados quatro fatores: i) a turma estar passando pelo contato com o conteúdo de “políticas públicas”, visto um de nossos intuitos é desenvolver uma reflexão que toca os sujeitos produzidos a partir de normativas educacionais⁸; ii) os estudantes da turma terem vivenciado o ensino médio e estar no último ano do curso, tendo assim uma visão mais ampla da etapa final da educação básica.

⁸ Considerando a Resolução 510/2016, que regulamenta por meio do Conselho Nacional de Saúde as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, o presente trabalho não foi tramitado no Comitê de Ética e Pesquisas com Seres Humanos, a considerar o disposto na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, no que toca, em seu Artº 1º, “VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.” (Brasil, 2016, p.2). Tal substrato foi dado ao considerar que esta já era uma prática educacional prevista no escopo da disciplina, e de temática transversal, sendo vislumbrada a produtividade dos dados para uso em pesquisa.

Para produção e coleta de dados, foi elaborado e aplicado pelo docente da disciplina, como ferramenta de verificação final de seu conteúdo, um formulário digital com suporte da plataforma virtual *Google Forms®*, organizado em 3 blocos temáticos, contendo 9 questões fechadas e 3 abertas. Os educandos realizaram a tarefa no laboratório de informática da referida instituição. Para realização da atividade, o momento foi antecedido de uma revisão dialogada dos conteúdos estudados. A atividade avaliativa foi aplicada no mês de junho de 2024.

As turmas em análise são compostas por 65 estudantes matriculados e destes 64 participaram da atividade. O perfil social dos respondentes é formado por 35 alunos, ou seja, 54,7% que indicaram pertencer ao gênero masculino e 29 alunas que responderam pertencer ao gênero feminino, correspondendo a 45,3% e no campo “outro” (criado para que o educando pudesse responder conforme sua identidade de gênero) não houve marcações. Esta etapa dos dados já nos revela uma questão de gênero bastante recorrente, apesar de se modificar lentamente, a realidade, nos cursos tecnológicos, mesmo em nível médio, predomina de educandos do gênero masculino. No quesito idade, um total de 95,3 % dos educandos estão entre 18 e 20 anos; os campos referentes a 16 e 17 anos ficaram em branco, enquanto no critério “nenhuma das opções”, 4,7% dos educandos marcaram esta opção, levando a uma interpretação de que estes, possivelmente, se encontram acima dos 20 anos, revelando um perfil de idade dos concluintes acima da idade prevista pela Lei nº 9.394/1996, a LDB, de que é de 17 anos que abarca a educação pública e privada, isto decorre do fato dos discentes pertencerem ao PPC que contempla 4 anos de ensino médio e técnico.

A atividade era a realização do formulário/questionário, que foi estruturada em 3 blocos, em que o professor tinha como objetivo uma avaliação final que observasse os níveis de “compreensão” e “reflexão” que os conteúdos produziram sobre os saberes dos educandos. As questões que compuseram o questionário foram as seguintes (QUADRO 1):

Quadro 1. Instrumento avaliativo - Questionário Políticas Públicas em educação

QUESTIONÁRIO – POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	
PERFIL SOCIAL	
Qual é o seu Gênero?	
Qual é a sua Idade?	

BLOCO 1 - COMPREENSÃO SOBRE TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO FORMAL
1ª) O quanto você sabe sobre a história da educação no Brasil? Sei tudo. Sei bastante. Sei de forma mediana. Sei poucas coisas. Não sei a respeito 2ª) Em sua opinião, por qual motivo a educação se transforma ao longo dos tempos? Para atender as demandas do mundo do trabalho e da economia. Para tornar os seres humanos mais competentes para pensar. Para acompanhar o que outros países do mundo fazem. Para ter um país com mais pessoas formadas. Para se adequar às tecnologias. 3ª) Em sua visão, qual deve ser a função da educação escolar formal? Ensinar os indivíduos para terem pensamento científico e produzirem novos produtos. Ensinar os indivíduos para terem boa profissão escolhidas por eles próprios. Ensinar os indivíduos para atender as regras do mercado econômico. Ensinar os indivíduos a pensar de forma crítica. Ensinar os indivíduos para serem bons cidadãos.
BLOCO 2 - COMPREENSÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS
4ª) O quanto você entende por políticas públicas educacionais? Entendo tudo. Entendo bastante. Entendo de forma mediana. Entendo poucas coisas. Não entendo a respeito. 5ª) Qual o impacto das políticas públicas educacionais em sua vida como estudante? Impacta em tudo. Impacta bastante. Impacta de forma mediana. Impacta em algumas coisas. Não acho que impacta.
BLOCO 3 - REFLEXÃO SOBRE O INSTRUMENTO NORMATIVO E O IMPACTO NO COTIDIANO DO EDUCANDO
6ª) A BNCC fala sobre competências educacionais, como você percebe a presença delas em sua vida como estudante? Percebo em tudo. Percebo bastante. Percebo de forma mediana. Percebo poucas coisas. Não percebo nada a respeito. 7ª) Quando você se depara com problemas (nas dimensões pessoal, social, trabalho e outros) se sente competente a partir dos conteúdos escolares a enfrentá-los? Me sinto competente para resolver tudo. Me sinto competente para resolver bastante coisa. Me sinto competente para resolver de forma mediana. Me sinto competente para resolver poucas coisas. Não me sinto competente para resolver. 8ª) Quando a BNCC fala que a educação deve desenvolver competências para aprender e a se desenvolver, como você percebe isto no seu dia a dia escolar? Percebo em tudo. Percebo bastante. Percebo de forma mediana. Percebo poucas coisas.

Não percebo nada a respeito.

9ª) Quando te falam no IFES sobre protagonismo, o que vem a sua mente?

Questão aberta.

10ª) Quando te pedem no IFES para realizar algo sobre inovação e empreendedorismo, o que vem a sua mente?

Questão aberta.

11ª) Qual a contribuição da escola para seu futuro?

Contribui em tudo.

Contribui bastante.

Contribui de forma mediana.

Contribui em poucas coisas.

Não contribui a respeito.

12ª) Este questionário te levou a pensar em outros aspectos que você gostaria de relatar?

Questão aberta.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do instrumento avaliativo elaborado pelo professor de Sociologia.

Os Blocos foram organizados com diferentes questões, sendo as questões objetivas analisadas por Análise Descritivo Percentual (Lakatos; Marconi, 1996) e as questões discursivas foram organizadas em quadros, sendo traçadas reflexões em diálogo com a literatura especializada.

3 AS ANÁLISES ESTUDANTIS: PERCENTUAIS E DISCUSSÕES

A apresentação das perguntas e das análises foram realizadas, considerando a organização destas em três blocos, sendo respectivamente: Bloco 1 – “Compreensão sobre transformações na educação formal”; Bloco 2 – “Compreensão sobre políticas públicas educacionais”; Bloco 3 – “Reflexão sobre o instrumento normativo e o impacto no cotidiano do educando”.

No que concerne o Bloco 1, que foi formado por 3 questões que tinham como objetivo observar a compreensão dos educandos sobre a educação formal. A primeira questão buscava saber o quanto o educando sabia sobre a história da educação formal no Brasil, ao passo que 54,7% dos educandos afirmaram saber de forma mediana; 32,8% disseram saber pouco a respeito e 7,8% marcaram que não sabiam sobre, formando um universo de 95,3% que demonstrou conhecer pouco ou quase nada sobre a história da educação formal. Esta análise refletiu na questão 12ª que perguntava se o questionário tinha levado há algumas reflexões e apareceram algumas respostas como: “Sim, que meu conhecimento sobre educação é pouco”. Tais elementos corroboram o indicado por Freitas (2018), de que os sujeitos

desconhecem, ou conhecem muito pouco acerca dos projetos educacionais, o que facilita a adesão da narrativa de reformas inovadoras, sem uma análise destas.

Ainda neste bloco, a questão 2 visava conhecer a compreensão dos alunos sobre o motivo de a educação se transformar ao longo dos tempos, sendo que 56,3% marcaram a opção que dizia: “atender as demandas do mundo do trabalho e da economia”. Esta perspectiva demonstra que há uma tendência à adesão da educação com a finalidade do mercado e dos interesses econômicos, com uma reiteração do ideário da formação para a produção (Saviani, 1983).

A questão 3 buscava extrair qual o grau de percepção do educando sobre a função da educação formal, e os números ficaram em torno de 35,95% de que “a escola tem por função ensinar os indivíduos pensarem de forma crítica”, bem como 23,4% apontaram ser a função da instituição escolar “ensinar os indivíduos para terem pensamento científico e produzirem novos produtos”. Assim também como 23,4% entendem que a função é “ensinar os indivíduos a terem uma boa formação profissional”. As respostas revelam, de maneira geral, uma compreensão da educação como um espaço que produz criticidade, ciência e forma para o mundo do trabalho, mantendo uma relação direta com as finalidades e características dos Institutos Federais.

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; (Brasil, 2008).

Todavia, há de se atentar que é preciso compreender o que os estudantes têm entendido por educação profissional e suas finalidades, compreendendo a efetivação das políticas públicas no campo subjetivo dos sujeitos. Diz-se isto visto que é apontado por Santos, Alves e Azevedo (2021), que tem havido uma confusão no que tange à intencionalidade e finalidade da educação profissional, do trabalho e da educação, visto que há o perigo de tal profissionalização reduzir seu viés a replicação de técnicas, ampliação quantitativa de produção e de lucratividade – um viés capitalista que reduz o produzir pelo trabalho com a finalidade do lucro (do

fetichismo da mercadoria e mais valia) e não da produção de elementos de mediação das relações humanas.

Na construção do bloco 2, o professor buscava observar a percepção dos educandos sobre Políticas Públicas Educacionais (PPE), de modo que a questão 4 visava compreender o quanto os educandos sabiam sobre o tema, sendo que 53,1% dos estudantes indicaram compreender de forma mediana. Quando, na questão 5, foram questionados sobre a percepção do impacto das políticas públicas educacionais sobre suas vivências, evidenciou-se que 65,6% dos educandos afirmaram perceber muito impacto e 21,9% apontaram que impacta em tudo. Tais elementos nos dão indícios de que apesar de o conhecimento sobre as Políticas Públicas Educacionais, vê-se que os estudantes, mesmo indicando uma média compreensão dos mecanismos de funcionamento das PPEs, percebem os efeitos destas em seu dia a dia.

O bloco 3 buscou conhecer a reflexão e elaboração dos alunos e alunas sobre a BNCC e sua presença nas ações diárias na instituição escolar. Para uma maior contextualização, foi citado no bloco de questões:

No âmbito da BNCC, a noção de competência é utilizada no sentido da mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes). Assim, ser competente significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído. (Brasil, 2018, p.16).

Na pergunta 6, foram questionados sobre o impacto que percebem das competências educacionais da BNCC na vida deles enquanto estudantes, de modo que 48,4% dizem perceber bastante e 39,1% de forma mediana. Em tal aspecto, evidencia-se que os estudantes percebem efeitos da BNCC na educação.

A questão 7 visava perceber se as competências da BNCC aplicadas aos conteúdos escolares davam subsídio para lidar com problemas nas dimensões social, do trabalho e outras. Os alunos e alunas tenderam a ficar entre 34,4% “se sentem competente de forma mediana”, bem como 34,4% disseram se sentir competente para “resolver bastante coisa a partir dos saberes escolares”. Tal percepção demonstra ao menos quatro indícios: i) há uma relação no desenvolvimento de competências e o desenho da educação profissional e

tecnológica de modo integrado ao ensino médio, no que toca a aproximação do desenvolvimento de saberes técnicos, conceituais, práticos e experienciais que modulam a percepção dos modos que lidam com os problemas, que encontra-se presente no Ensino Integrado, mas poderia não estar caso não houvesse distanciados os saberes supracitados; ii) toda relação de percepção é atravessada por um modelo normativo vigente, sendo que os modos que percebem a capacidade de resolução de problemas (sociais, do trabalho e outras) encontram-se atrelados a um modelo normativo de viés neoliberal (Santos; Alves; Azevedo, 2021); iii) há um desenho institucional dos Institutos Federais que torna-os referências em educação profissional e tecnológica, ao passo que tal modalidade educacional tem por viés o desenvolvimento e aprendizado de saberes a partir de elementos técnicos, conceituais, práticos e experienciais, o que leva a formação de estudantes que apropriam-se e mobilizam saberes em suas práticas. Tais adendos encontram-se com as preocupações e reflexões traçadas por Velloso, Maldonado e Freire (2024), e colocam em questão os limites desta educação enquanto polivalente ou/e instrumental.

A questão 8 buscava observar como os educandos compreendiam, em suas vivências, quando a BNCC fala que a educação deve desenvolver as competências para aprender e a se desenvolver. Dessa forma, 40,6% dizem perceber bastante e 35,9% disseram perceber de forma mediana. Estes percentuais dialogam com a questão 12, que permitia de forma aberta, que os educandos trouxessem reflexões surgidas ao longo da realização do instrumento avaliativo, sendo que uma das respostas foi a seguinte: “Sim, a educação me faz querer saber sempre mais, fora do âmbito escolar, tenho um pensamento crítico para tudo, não confiando 100% em qualquer coisa que aparece”. Tal indicação nos faz pensar em ao menos dois elementos: i) há como efeito, na percepção dos estudantes,, que tangencia sua formação profissional e tecnológica, que esta faz com que eles busquem mais em seu processo formativo, de modo que este ‘querer mais’ encontra-se interligado a uma lógica subjetiva e quantitativa de movimentação dos sujeitos em busca de um elemento “a mais”, característico do sujeito do desempenho e do cansaço (Foucault, 2021; Han, 2017); bem como ii) o elemento “não confiar” nas questões, também ser indício de um agir neoliberal, ao passo que este pode encontrar substratos nos (des)vínculos sociais guiados na perspectiva do desconfiar do Outro, seja por ser um

possível concorrente, difundir elementos ideológicos ou não ter verificado a questão. Para os três casos, o Outro torna-se sujeito da pretensa desconfiança (Polizel, 2023).

A questão 9 foi disposta como uma questão aberta com viés dissertativo, visando observar as extrapolações dos alunos e alunas sobre ‘quando, no Ifes, se fala sobre protagonismo’ o que vinha à mente destes educandos, sendo que de 64 respondentes, 7 disseram não saber, porém as demais respostas giram em torno da ideia de que protagonismo falado no Ifes é uma capacidade pessoal desenvolvida para atuar na vida individual, na sociedade, seguimento nos estudos e no mercado de trabalho, conforme ilustrado nas respostas abaixo (QUADRO 2):

Quadro 2. Ponderações sobre o protagonismo

(9ª QUESTÃO) QUANDO TE FALAM NO IFES SOBRE PROTAGONISMO, O QUE VEM A SUA MENTE?
“Capacidade de tomar decisões e construir meu caminho no âmbito educacional e do mercado de trabalho. Ser o principal agente da minha trajetória e ter a capacidade de resolver problemas meus e da sociedade”.
“Acredito que o protagonismo traz a ideia de excelência no desenvolvimento de atividades dentro do ambiente em que está (carreira escolhida). Além de sempre empregar uma vontade de solucionar as dificuldades/obstáculos que podem surgir ao longo do desenvolvimento das atividades”.
“Que devemos ter a habilidade de tomar decisões sobre a nossa própria vida”.

Fonte: Autoria própria.

Em tais indicações, têm-se como arcabouços narrativo-enunciativos três elementos centrais: a centralidade no Eu, o Eu tomado enquanto um agente de produção e superação dos limites e a finalidade da educação no desenvolvimento de habilidades do Eu. Vê-se que esta centralidade no sujeito, de viés privado e individualizado, é a base da estrutura do pensamento neoliberal (Polizel, 2023); a resolutividade de problemas-obstáculos, produtividade e por meio de um empreendimento técnico-instrumental ser a base da estrutura de funcionamento do capitalismo neoliberal (Laval; Dardot, 2016); e o desejo de uma educação voltada ao desenvolvimento de habilidades em seu viés positivo, distanciando os elementos da negatividade educacional no processo formativo, é instrumentalizante do saber neoliberal (Han, 2017).

A 10ª questão, também em formato aberto, visava compreender o que vinha à mente dos educandos quando o Ifes solicitava realizar algo que utilizasse a inovação e o empreendedorismo. Três grandes categorias podem ser selecionadas: 4 educandos responderam “não saber dizer”, os demais responderam ser a inovação e empreendedorismo ligados diretamente à economia e trabalho, mas também para além do trabalho, pensando sociedade e meio ambiente (QUADRO 3).

Quadro 3. Perspectivas sobre Inovação

(10ª QUESTÃO) QUANDO TE PEDEM NO IFES PARA REALIZAR ALGO SOBRE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO, O QUE VEM A SUA MENTE?
“A criação de algo novo, relacionado com o mundo trabalhista”.
“Apresentar algo que seja útil para a sociedade, enquanto possa utilizar disso como forma de renda e trabalho”.
“Questões de pensar no futuro financeiro e projetos científicos”.
“Algo que promova um bem-estar comum, vem do mundo intangível das ideias, algo que ajude no meio ambiente e nas relações sociais”.

Fonte: Autoria própria.

Foram mobilizadas em tais respostas o vínculo entre empreender-inovar sob um viés de criação do novo, da novidade, algo não visto e por ato de acontecimentos. A noção de inovação é aqui ligada à produção de um projeto-objeto que pode ser utilizado e consumido, vendido e mobilizar aos moldes econômicos em sua relação de uso e desejo, tendo viés no indivíduo e na economia; contudo, há respostas que situam as possibilidades de enunciar a inovação enquanto ligada ao sentido, simbólico, afetivo, como é o caso das tecnologias sociais, ancestrais e minoritárias, voltadas as coletividades e ao bem-comum⁹ (Hui, 2020). O que vemos, neste sentido, é que a educação profissional e tecnológica do IF tem se mostrado um espaço de encontros entre desenvolvimentos e narrativas, que se vertem de um lado por um viés do empreender-inovar, que mobilizam o indivíduo-economia e, de outro, o coletivo e o bem-estar comum. Tais eixos analíticos nos são importantes a considerar, já que a formação dos estudantes dos IFs verte-se a um diálogo com as bases científicas e tecnológicas, sendo um ponto de atenção o pensar este

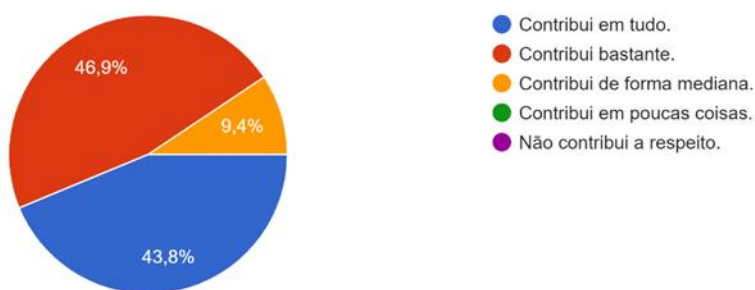
⁹ Ressalta-se, contudo, de que neste manuscrito não tomamos o bem-estar comum como um elemento, “per si”, não neoliberal, haja vista, como supracitado, que o neoliberalismo encontrou suas condições de produção, manutenção e ampliação na consolidação dos estados de bem-estar social (bem-comum).

empreendedorismo-inovação enquanto um possível risco da neoliberalização da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) (Santos; Alves; Azevedo, 2021).

Na questão de número 11, os educandos foram questionados sobre sua percepção da contribuição da escola para seu futuro (FIGURA 1):

Figura 1. Contribuição da escola para o futuro

(11ª Questão) Qual a contribuição da escola para seu futuro?
64 respostas



Fonte: Autoria própria.

Apesar de aparecerem respostas como: “A educação brasileira necessita de melhoras” e “Como a escola afeta minha vida e meu futuro e como os alunos deveriam ser mais influenciados e incentivados a aprender coisas que contribuirão com seu futuro” estas apontam o Ifes como um diferencial frente a este cenário: “Sim. Tenho certeza de que o Ifes abre um grande leque de possibilidades para o futuro profissional. Várias possibilidades de formação numa carreira”, e “Acho que o Ifes, no contexto de São Mateus, é uma das escolas que mais oferece meios para o crescimento acadêmico e profissional de seus alunos, ao passo que incentiva a pesquisa e participação em palestras sobre questões sociais importantes”. Dialogam com as finalidades e características, bem como os objetivos do Instituto Federal respectivamente:

Das Finalidades e Características dos Institutos Federais
[...]

V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

[...]

Dos Objetivos dos Institutos Federais

[...]

III - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. (Brasil, 2008).

Por fim, na questão 12, também em formato de questão aberta com finalidade dissertativa, tendo por intuito abarcar aspectos não mencionados em questões anteriores, foi perguntado aos educandos se o questionário permitiu pensar em outros aspectos, e que os educandos pudessem relatar, resultando em 26 discentes que optaram por não trazer novas discussões, sendo que os demais, 38 estudantes, trouxeram aspectos relevantes e as respostas, de maneira geral, apontam para uma reflexão sobre a importância da educação para os indivíduos e seu desenvolvimento, a relevância do Ifes no cenário educacional e na contribuição deles enquanto indivíduos (QUADRO 4):

Quadro 4. Reflexões complementares sobre PPE e Educação

(12ª QUESTÃO) ESTE QUESTIONÁRIO TE LEVOU A PENSAR EM OUTROS ASPECTOS QUE VOCÊ GOSTARIA DE RELATAR?
“Sobre a importância da educação em nosso meio e como ela molda o ser humano”.
“A importância da escola que coloca o aluno fora de sua zona de conforto como o Ifes, me fez desenvolver em diversas áreas da vida”.
“Sim. Acredito que a educação escolar é muito importante para moldar e criar cidadãos aptos para viver em sociedade. No entanto, na atualidade, percebo que existe uma deficiência, uma falta do ensino de algumas coisas que são bastante importantes para um indivíduo. O desenvolvimento de aptidões emocionais e proficiência financeira de mostram essenciais para a vida de um indivíduo, esses conhecimentos apresentam escassos no ensino escolar”.
“O foco atual do Ifes é o preparo para o mercado de trabalho, uma vez que o curso técnico é voltado para isso. Entretanto, ele oferece diversos outros benefícios que ajudam o estudante em sua vida fora da escola, especialmente prepará-lo para ingressar no ensino superior, seja para aprender a lidar com demandas, seja ofertando uma boa base de ensino”.
“Sim. Tenho certeza que o Ifes abre um grande leque de possibilidades para o futuro profissional. Várias possibilidades de formação numa carreira”.

Fonte: Autoria própria.

Evidenciou-se, em tais falas, ao menos quatro elementos de sentido: i) A percepção de que é reconhecida a importância da instituição social escolar e a educação formal, no processo de formação do sujeito, atrelados à categoria de formação humana, ainda em tempos neoliberais; ii) a aproximação do processo formativo produzido no IF, em tempos de neoliberalismo, com a finalidade de formar cidadãos para a vida coletiva, a vivência em sociedade e a formação que toca aspectos não apenas instrumentais, mas estéticos, simbólicos, práticos e técnicos; iii) a vinculação entre a formação educacional e a atuação no mercado de trabalho, o que mostra uma inversão da lógica posta nos cursos de formação de educação profissional e tecnológica, que considera a formação para o trabalho, que se dará em um campo de relações com o mercado (não sendo o mercado a instância primária); e iv) a relação entre a educação com a ampliação de possibilidades, tanto no que toca de experiências a serem vividas no IF quanto que remete às possibilidades de futuro profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é um movimento na direção de repensar as políticas públicas em educação, que ensejam normas gerais para a educação, sobretudo como todo este cenário é marcado por lógicas neoliberais e como estas se incidem e tem sido percebida pelos educandos do ensino médio integrado ao técnico dos Institutos Federais.

As subjetividades no neoliberalismo passam por transformações profundas, incorpora a produtividade - fruto do estágio disciplinar como afirma Foucault (2021) - e que hoje na “sociedade do desempenho” age como se estivesse em profunda liberdade, mas os indivíduos se encontram em liberdade coercitiva como afirma Han (2017). Uma das instâncias fomentadoras desta nova forma de ser indivíduo no capitalismo atual são as instituições educacionais, segundo Laval (2019).

A análise do instrumento avaliativo aplicado aos alunos aponta que os discentes afirmam “saber de forma mediana” sobre a “história da educação da educação formal”, “o que são as políticas públicas”, ou mesmo quando são indagados sobre “como percebem as competências elencadas pela BNCC na vida deles como estudantes”. Estas informações direcionam, que a nível conceitual,

“políticas públicas”, “história da educação” e mesmo “competências da BNCC” talvez tenham sido conhecimento (por sua dimensão conceitual, de necessidade de interrelação e conhecimento mais profundo sobre o conteúdo) pouco solidificados ao logo do estudo, aja visto, que a disciplina de Sociologia tem carga horária semanal de uma hora aula e estes temas demandariam um aprofundamento.

Porém, quando os educandos foram indagados por questões que envolvia a percepção em sua dimensão mais pragmática e de mais aderência a sua vivência as respostas mudaram, como a exemplo, qual o motivo das transformações ao longo dos tempos e as respostas estavam “para atender as demandas do mundo do trabalho e da economia” ou mesmo em “quando te falam em protagonismo o que vem a sua mente?” entre as respostas “Penso que a escola deve fornecer aos estudantes informações e meios para que este se torne o protagonista da sua vida e no futuro se destaque no mercado de trabalho”. “Quando te pedem no IFES para realizar algo sobre inovação e empreendedorismo, o que vem a sua mente?” entre as respostas abertas temos “A criação de algo novo, relacionado com o mundo trabalhista”. Trazendo indícios de que os educandos não apenas percebem as “políticas públicas”, “história da educação” e mesmo “competências da BNCC”, mas também elaboram a presença destas na educação.

A análise ainda apontou que a educação é percebida pelos educandos em algumas dimensões como: (i) Dimensão pessoal: “uma ferramenta de desenvolvimento pessoal”, “para o pensamento crítico” (ii) Dimensão do trabalho: “para terem científico e produzirem novos produtos”, “para terem boa profissão”, (iii) Dimensão de como percebem as políticas públicas de educação, a educação formal e a contribuição do Ifes: “se sentem competente a partir dos conhecimentos escolares”, “educação molda o comportamento do ser humano”, “as Instituições Federais de ensino é composta por uma educação de qualidade que desenvolve o senso crítico”, “conhecimento acadêmico para seguimento nos estudos”, “prepara-os para o mercado de trabalho uma vez que tem a formação técnica”, “que a educação formal tem papel decisivo no futuro, inclusive moldando os indivíduos emocional e profissionalmente”, “o ensino ainda se encontra muito tradicional frente a uma educação que poderia ser mais prática repassando saberes que falam mais do cotidiano social como declarar imposto de renda”.

Os educandos têm uma percepção (como aparece de maneira sintética no parágrafo anterior) que a educação é uma ferramenta a serviço de uma preparação para o mundo do trabalho, desenvolvimento pessoal, senso crítico e por vezes ainda permanece tradicional no repasse de seus conteúdos deixando de ter uma dimensão mais ligada a vida prática dos indivíduos. Esta concepção de educação não é algo estrito aos educandos do Ifes campus São Mateus, mas dialogam com um movimento internacional e que se incorpora a LDB e BNCC e demais normativas de que as escolas devem produzir indivíduos eficientes, flexíveis, competitivos, produtivos, protagonistas, que construam seus projetos de vida e outras categorias que tem ecoado nas escolas visam a produção de um indivíduo aos moldes neoliberal tornando o sujeito educando um “empresário de si mesmo”.

O espaço/tempo devotados a educação, ao longo da história da humanidade, tem sido palco de disputa como poder que instrumentaliza os novos membros da sociedade. À medida que se presencia revoluções, reformas ou mesmo pequenas alterações nos aparatos legais, que tratam de educação, deve-se acionar um alerta, aos educadores, pesquisadores da área e sociedade em geral, para se observar quais interesses tem entrado nas agendas das políticas públicas de educação. Com isto, a discussão em questão não tem intenção de limitar a educação formal a uma instituição social fadada a atender lógicas que privilegiem grupos, setores entre outros, mas entender a importância da educação como campo de possibilidades, emancipação dos indivíduos e da coletividade e lançando sobre este espaço um olhar mais atento para os movimentos que se incidem sobre a educação.

O trabalho em questão não tem por pretensão esgotar a temática, mas contribuir na direção de produzir debates para repensar a educação no país, sua finalidade, a que interesses tem atendido, sobretudo, no que tange às transformações educacionais em aproximação com as lógicas neoliberais. Alguns apontamentos para trabalhos futuros são: observar como os professores percebem este cenário; como adequam seus campos de saber para desenvolver uma educação para as competências; como pensam a inovação em diálogo com seus conteúdos, ou mesmo em suas práticas diárias enquanto professor; ou ainda, como manejar uma educação que visa construir empreendedores. A possibilidade de estudos que falem sobre os docentes pode contribuir para entender mais o fenômeno do neoliberalismo que também engendra a educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. J. Notas para o Estudo do Trabalho Industrial Urbano: O Princípio Educativo da “Escola para Todos” a partir da Modernidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, p. 38-60, 23 jan. 2020.

BATISTA, Rafael Lopes; BLANCO, Diego Dalla P. CHAMA, João Pedro G.; RIBEIRAL, Tatiana Braz. **A ideologia neoliberal na educação brasileira: considerações a partir de Christian Laval**. Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 9, n. 21, p. 453-469, set./dez. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016: Normas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasil, Brasília-DF, 2016, p.1-10.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FERRETTI, Celso João. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação**. Estudos avançados 32 (93), p. 25 a 42 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGqJ78s8Pmp5x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica**. Edições 70, Lisboa – Portugal, 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1996.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELLO, Guiomar Namó de Mello. **Políticas públicas de educação**. Estudos avançados. p. 7 a 47. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qMvZdTG5VK7NFPybfMcc77w/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1965.

POLIZEL, Alexandre Luiz. **Críticas e clínicas das culturas: educação, pensamento contemporâneo e o sintoma Escola sem Partido**. 215 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

PPC. **Projeto Pedagógico do curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio**. IFES Campus São Mateus, 2023. Disponível em: <https://www.saomateus.ifes.edu.br/curso/teceletrotecnica-integrado?showall=&start=1>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PPC. **Projeto Pedagógico do curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio**. IFES Campus São Mateus, 2023. Disponível em: <https://www.saomateus.ifes.edu.br/curso/tecmeccanica-integrado?showall=&start=1>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTOS, S. R.; ALVES, Y. V.; AZEVEDO, M. A. **Estado Neoliberal e Educação Profissional no Brasil: Transformações de Paradigmas em Nosso Circuito Histórico**. Direito Público, v.18, n.98, 2021, p.812-633.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez Ed./Autores Associados, 1983.

SILVA, Roberto R. D. da; ESTORMOVSKI, Renata C. **Projetos de vida e a fabricação de subjetividades monetizáveis: uma crítica curricular ao Novo Ensino Médio no Sul do Brasil**. Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 30,

e14363, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14363>. Acesso em: 25 out. 2023.

VELLOSO, Livia Roberta da Silva; MALDONADO, Daniel Teixeira; FREIRE, Elisabete dos Santos. **Políticas educativas neoliberais e a educação profissional de nível médio no Instituto Federal de São Paulo: formação politécnica ou instrumental?** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 8, n.1, 2024, p.1-15